

VALLADÃO, Haroldo: *Paz. Direito. Técnica* — 1 vol. de 341 pp.. Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1959.

O Prof. HAROLDO VALLADÃO — membro honorário da nossa Ordem e velho colaborador da sua *Revista* — conta como uma das mais destacadas personalidades do Brasil de agora.

Jurista eminente, pensador lúcido e corajoso na incansável exaltação dos mais belos ideais, é ainda um escritor do melhor quilate, deixando em tudo quanto escreve a marca da sua aliciante expressão literária.

Esta sua última obra enfeixa uma preciosa colecção de ensaios e artigos, disseminados por vários periódicos e revistas dos dois continentes, e de alguns dos seus discursos e conferências, pronunciados quer no pretório e na cátedra, quer na tribuna das assembleias e congressos internacionais em que tem representado o seu país sempre com assinalada projecção.

Da leitura de cada um destes trabalhos — feita decerto, por quantos a empreendam, sob o domínio do maior interesse — mais impressivamente fica avultando a alta estirpe do jurista e do sociólogo que não esmorece nunca no bom combate pela subordinação da Técnica ao controle do Direito e mantém intransitoriamente acesa, através de todas as vicissitudes, a sua fé numa Paz universal.

PINHEIRO FARINHA, João de Deus: *Expropriações. Legislação, jurisprudência, formulário* — Colecção «Prática Judiciária». 1 vol. de 195-1 pp.. Livraria Morais, Lisboa, 1957.

Mais um trabalho devido à meritória actividade do ilustre magistrado. A alguns dos anteriormente publicados já esta *Revista* teve o grato ensejo de fazer oportuna e adequada referência.

Este de agora consiste na compilação de toda a legislação relativa a expropriações — e sabe-se quanto esta matéria é de flagrante actualidade e de aplicação pode dizer-se que diária.

Todos os diplomas a ela respeitantes são objecto da mais criteriosa anotação e indicados, no final, por ordenação cronológica. A eles se seguem um utilíssimo formulário, a relação dos peritos nomeados, uma judiciosa escolha das últimas decisões dos tribunais e o índice alfabético sistematizado no sentido de uma rápida busca das matérias versadas.

Este volume deu feliz início à colecção «Prática Judiciária», lançada pela Livraria Morais com uma apresentação gráfica que, de tão esmerada, não é vulgar em publicações jurídicas portuguesas.

SILVA E SOUSA, A.: *Decreto-lei n. 35.007 na Metrópole e no Ultramar, anotado* — 1 vol. de 108 pp., Lourenço Marques, 1959.

Trata-se do diploma que remodelou alguns princípios básicos do processo penal. Destinada esta publicação às nossas províncias ultramarinas, foi principal objectivo do seu autor, magistrado em Lourenço Marques, fazer acompa-